

---

## **ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA BARRA DO PARATECA EM CARINHANHA-BA, A PARTIR DA PRODUÇÃO DE AVES DE POSTURA E PESCA EXTRATIVISTA**

### **Késia Gama de Jesus Brito**

Graduanda em Medicina  
Veterinária pela Universidade  
do Estado da Bahia (UNEB),  
BR 242, Km 4, S/N, Flamengo,  
Barreiras-BA, CEP: 47802-682

### **Silvano Dias de Brito**

Graduando em Ciências  
Contábeis pela Universidade do  
Estado da Bahia (UNEB), BR  
242, Km 4, S/N, Flamengo,  
Barreiras-BA, CEP: 47802-682

### **Vanessa Bonfim da Silva**

Docente do Curso de Medicina  
Veterinária da Universidade do  
Estado da Bahia (UNEB), BR  
242, Km 4, S/N, Flamengo,  
Barreiras-BA, CEP: 47802-682  
Autora para correspondência:  
vanessasilva@uneb.br

### **Resumo**

A identidade quilombola está estritamente aliada às práticas culturais, ancestralidade e tradição e, sua territorialidade está fundamentada no uso comum da terra. Assim, o presente artigo tem por objetivo descrever as estratégias de desenvolvimento da comunidade quilombola da Barra do Parateca em Carinhanha-Bahia, mediante a produção de aves de postura e pesca extrativista. Para tanto, esta pesquisa se desenvolveu através de entrevistas e relatos de membros da comunidade e pesquisa bibliográfica sobre o histórico local. A comunidade pratica a avicultura e pesca de subsistência para geração de renda e autoconsumo. Desta forma, suas narrativas refletem a necessidade do alinhamento do saber tradicional ao tecnológico social, para que sejam levadas em consideração as mudanças ao longo do tempo e sejam construídos processos de resignificação.

**Palavras-chave:** Comunidades tradicionais. Quilombos. Resignificação cultural. Territorialidade.

## 1 INTRODUÇÃO

A formação dos quilombos se deu mediante a estratégia de combate ao sistema escravocrata, como uma forma de reagir à submissão e ao sofrimento (Nascimento, 2020). As formas de organização do quilombo foram compostas de maneira isolada, para que os negros fugitivos pudessem se esconder. Com a formação do quilombo, estes conseguiram estabelecer um sistema de trocas, compras e venda de produtos nas regiões próximas (Gomes, 2007).

As comunidades negras possuem uma ligação direta e intrínseca entre a terra e a produção de alimentos. E, em se tratando da luta pelo território, cabe destacar o enfrentamento que essas comunidades possuem com a falta acesso aos recursos, fazendo com que haja um comprometimento nos meios de afirmação da existência de grupos, implicando na segurança alimentar (Mendes, 2006). Segundo Leite (2000), a noção de quilombo deve ser encarada como uma organização, um espaço de luta que foi sendo conquistado e repassado de geração em geração. Por esse motivo, não deve apenas ser lembrado como um passado, mas sim possuir garantia de direitos reconhecidos.

A luta das comunidades pauta-se na busca de regularização do seu território, pois é dele que tiram o sustento da família. No entanto, é comum encontrar conflitos devido à apropriação de seus territórios, os impedindo de utilizá-los, sendo que a comunidade necessita dessa localidade para garantir sua reprodução sociocultural (Mendes, 2006).

Nascimento (2020) fundamenta que a luta pelo reconhecimento dos quilombolas vem ocorrendo há muito tempo, haja vista a necessidade do reconhecimento das ancestralidades africanas, e o direito de possuírem suas terras tituladas. Assim, o território deve ser um espaço de fortalecimento de identidade, de uma herança que foi passada aos quilombolas.

A relação que a identidade quilombola possui com o território está estritamente aliada às práticas culturais, ancestralidade e tradição. A territorialidade para esses grupos está fundamentada no uso comum da terra e sua ocupação, o que vem sendo construído a partir de uma trajetória marcada por uma afirmação política e étnica (Almeida, 2002).

A territorialidade favorece o emprego dessas áreas produtivas que, no geral, deve corresponder à sazonalidade que essas atividades produtivas requerem sejam elas de caráter extrativista, agrícola ou nas mais diferentes formas de uso e ocupação dos

recursos. A prática dessas atividades é fortalecida pelos laços de parentesco e vizinhança, o que corrobora às relações sociais de solidariedade e reciprocidade (O'dwyer, 2010).

De acordo com Teisserenc (2010), os debates sobre os reais valores dos saberes tradicionais devem ser ampliados, visto que as formas de conhecimento não devem estar presas ao que é colocado apenas academicamente, deve-se haver uma interligação para que assim os saberes possam ter uma função social importante.

A luta pelo território tem sido travada diariamente por esses sujeitos, a busca pelo reconhecimento e história de um povo. Desse modo, o vínculo entre as questões econômicas, sociais e políticas podem contribuir pela luta territorial da comunidade (Nascimento, 2020).

Em vista disso, o presente artigo tem por objetivo descrever as estratégias de desenvolvimento da comunidade quilombola da Barra do Parateca em Carinhanha-Bahia, em um estudo de caso a partir da produção de aves de postura e pesca extrativista.

## **2 HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA BARRA DO PARATECA**

O Quilombo da Barra do Parateca, está localizado no município de Carinhanha, na região Sudoeste da Bahia e faz parte do Território da Cidadania “Velho Chico” (TVC), inserido na região econômica do Médio São Francisco. Segundo a Comissão Pró-Índio de São Paulo (2023), o quilombo possui uma população de 737 pessoas pelo Censo do IBGE de 2022, com 404 famílias, territorializadas em uma área de 8,1 mil hectares.

O Observatório Quilombola e Territórios Negros (2006) registra que Hélio Pereira Pinto, de 64 anos, morador da Barra do Parateca, conta que uma das primeiras moradoras do distrito foi uma negra chamada Filomena, filha de uma escrava que recebeu terras de um padre. Depois disso, a herdeira dos terrenos casou-se com um ex-escravo, José Ribeiro. Aos poucos, outros ex-escravos e quilombolas foram povoando a região, formando a comunidade.

O Quilombo Parateca é um território situado à margem direita do Rio São Francisco, numa área de transição caatinga/cerrado, com predominância de caatinga. A região faz parte do semiárido, caracterizado por um clima que varia de seco a sub-úmido (Santos, 2019).

De acordo com o parecer da equipe técnica da Fundação Cultural Palmares, esse território foi reconhecido como um quilombo rural em 27 de julho de 1988, portaria nº 06, publicada em diário Oficial da União de nº 154, de 13 de agosto do mesmo ano (Guedes, 2000), e certificada junto a Fundação Cultural Palmares, sendo publicado no Diário Oficial da União em 10 de dezembro de 2004, para fins de demarcação e titulação das terras imemorialmente ocupadas pelos moradores (INCRA, 2006).

E, em 1998, uma das conquistas do quilombo, que contribuiu para melhor gestão do território, baseou-se na elaboração do Relatório de Identificação e Reconhecimento Territorial (RTID), que é um dos documentos que compõe o processo de titularização dos territórios quilombolas. Assim, o RTID do quilombo foi construído devido ao reconhecimento da comunidade, em adequação com o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal (INCRA, 2006).

É importante enfatizar que esse reconhecimento se deu como consequência de uma luta que vem sendo travada desde a formação desse território, por volta do século XVI que, atualmente, reflete a autoafirmação dos próprios quilombolas, através de reuniões no qual tiveram informação e formação. Portanto, a definição e reconhecimento enquanto terra de quilombo veio devido ao reconhecimento histórico pela própria população (Santos, 2019).

A Comunidade Quilombola do Parateca se insere na história de ocupação da região do Vale do São Francisco, em que ocorreram combates contra negros e índios nas capitanias de Pernambuco e Ceará. Um dos grandes episódios desse processo de territorialização foi à formação e distribuição das famílias, sendo que, em Pau D'Arco e Barra do Parateca, inicialmente predominou a família Brito (Santos, 2019), da qual pertence o discente do curso de Ciências Contábeis, da Universidade do Estado da Bahia, Silvano Dias de Brito.

Infelizmente, apenas parte do território foi titulada, e a área restante, dependente de indenização aos fazendeiros, ainda não foi concluída. Essa demora provocou uma conjuntura infundável de situações conflituosas e de inseguranças com os não negros, cujas terras se sobrepõem a área do quilombo. As formas de organização do povo quilombola se deram de forma natural e informal, mas ao longo do processo houve a necessidade de estabelecer uma organização formal (associação), para viabilizar recursos

para investimento na produção e potencializar o que já tem disponível da natureza (Santos, 2019).

Desse modo, os reconhecimentos dos saberes tradicionais devem estar em constantes construções com um sistema produtivo que valorize as relações sociais, seus modos de organização, sua territorialidade e principalmente sua identidade (Teisserenc, 2010).

Castro (1997) discute que as atividades realizadas no território são complexas, existe uma infinidade de formas de apropriação e relacionamento com os recursos, isso faz com que os sujeitos possuam saberes acumulados que asseguram sua reprodução, pois são saberes repassados de geração a geração. Entender a importância de uma valorização como essa, é uma forma de protagonizar os direitos dessas comunidades, a relação essencial que possuem para com a biodiversidade e a valorização do modo de vida, a fim de proteger a cultura e os saberes repassados.

### **3 ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DA COMUNIDADE COMO PROMOTORAS DA TERRITORIALIZAÇÃO**

Os registros enfatizam a luta pelas lagoas e pelo peixe como propulsora da busca pela garantia do território, e posteriormente, com o apoio de organizações não governamentais, foi o que despertou o interesse em construir uma organização formal. Dessa forma, se fundou, em 1996, a Associação Agroextrativista das Comunidades Quilombolas de Pau D'arco e Parateca, um dos primeiros instrumentos legais para gestão do território. Mas, antes disso, já havia os coletivos, os familiares que se organizavam para produzir em seus roçados, lameiros, caatingas (roças de sequeiro) brejos e quintais, assim como criar animais (Santos, 2019).

Assim, a importância da pesca, que segundo o relato dos mais velhos, está na origem do processo inicial da luta territorial, a partir do embate pela garantia das lagoas. A luta pela pesca foi uma grande propulsora para se chegar também ao enfrentamento físico e político para se conquistar o sonhado território, já habitado pelos legítimos donos (os quilombolas).

Os moradores afirmam que os fazendeiros cobravam dos quilombolas o direito à pescaria, e chegaram até a proibi-los, em meados de 1980. Nisso, empregados vigiavam as lagoas. Não obstante, os moradores continuavam pescando às escondidas até que,

quando flagrados, eram denunciados e intimados a depor na delegacia do município de Palmas de Monte Alto-BA, conforme relatos da população.

Atualmente, a comunidade pratica, majoritariamente, a pesca extrativista, agricultura de subsistência e avicultura caipira, onde ocorre o cultivo em áreas coletivas, lameiros e ilhas do rio (Acervo Racismo Ambiental, 2015). Quando se trata de valores culturais, padrões e hábitos alimentares, Maluf (2007) declaram que os hábitos passados de uma sociedade carregam uma identidade e que, pela cultura alimentar, a sociedade pode manter uma autossuficiência e um controle de qualidade cada vez maior.

O Fórum Mundial de Soberania Alimentar (2001) afirma que a soberania alimentar é o direito dos povos de definir suas próprias escolhas, políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que respeitem as próprias culturas e a diversidade do modo de vida camponês, pescueiros e indígenas de produção, comercialização e gestão dos espaços rurais, sendo a via para desenraizar a fome e a desnutrição e promover a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos.

A comunidade do Parateca acessa políticas públicas que facilitam o desenvolvimento produtivo, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), assim como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), entre outros, que tem como objetivo fomentar a geração de renda das famílias quilombolas (Santos, 2019).

### **3.1 PRODUÇÃO AVÍCOLA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA**

A produção avícola na comunidade Quilombola da Barra do Parateca, no município de Carinhanha, é realizada por mulheres da comunidade, que atuam sendo exemplo de como o incentivo em comunidades rurais pode gerar grandes mudanças. Muitas delas passavam por situações de dificuldades financeiras, agregado ao desprovisionamento de perspectivas. Contudo, a partir do recebimento de insumos de produção avícola, elas puderam transformar sua realidade, bem como de sua família. A prática da produção de aves caipiras poedeiras se tornou geração de renda, viabilizando diversas oportunidades.

Os kits produtivos foram entregues pelo Governo do Estado, em uma parceria entre a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) e o Consórcio de

Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico (CDS Velho Chico). Cada kit inclui 100 pintinhos, materiais para a construção dos aviários, comedouros, bebedouros, vacinas e ração. No entanto, a construção dos aviários foi realizada pelas próprias mulheres.

Michelle Ferreira e Arlete Vieira, beneficiárias e cunhadas do discente Silvano, compartilham sua experiência: "Fizemos parte de cada pedra colocada, participamos da construção de cada aviário. Foi uma alegria imensa quando os pintinhos chegaram. Com isso, nossas vidas melhoraram. Agora, ovos fazem parte da alimentação dos nossos filhos e de toda a comunidade, comendo melhor e, com o dinheiro dos ovos, trazemos mais alimentos para nossa família. Além disso, estou conquistando minha independência financeira e quero que nossa produção alcance, cada vez mais, mais pessoas".

Os ovos produzidos na comunidade são comercializados para a Classificadora de Ovos da cidade de Carinhanha-BA, e é gerenciada pela Associação Agropastoril Quilombola de Barra do Parateca. Além disso, a distribuição dos ovos é realizada para 30 unidades escolares do município de Carinhanha, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e são vendidos também para a comunidade local.

O projeto cresce a cada dia, e recebe cerca de duas mil dúzias de ovos/mês. E, com isso, as mulheres quilombolas se tornam, cada vez mais, visionárias e independentes financeiramente. As mulheres dessa comunidade geram enorme resultado, oriundo de um trabalho contínuo e dedicado, fazendo com que elas comercializem em torno de 160 dúzias/mês, o que equivale a 57.000 ovos por mês, resultando em um rendimento bruto mensal em torno de R\$ 1.280,00 para cada empreendedora, que totaliza 25 mulheres.

Os kits de produção foram disponibilizados por associações, cooperativas e consórcios públicos para fortalecer o desenvolvimento rural sustentável e conferir qualidade de vida para a comunidade quilombola. Além dos kits, as empreendedoras rurais receberam treinamentos para melhorar a gestão de suas propriedades rurais e adotar práticas sustentáveis.

Cabe lembrar que esta ação foi resultado do projeto "Parceria Mais Forte, Juntos para Alimentar a Bahia", que busca fortalecer as atividades de agricultura familiar nos territórios de povos tradicionais da Bahia. Tal parceria engloba prefeituras, consórcios públicos, entidades e iniciativas privadas. Através de projetos como esse, a vida das mulheres quilombolas da Barra do Parateca tem se transformado, demonstrando que, com apoio, determinação e trabalho é possível alcançar grandes e inimagináveis resultados.

Cabe destacar que cada aviário é destinado para duas mulheres que, por sua vez, realizam as atividades de manejo produtivo de forma compartilhada. Além das atividades da avicultura, as mulheres também possuem canteiros, onde cultivam hortaliças como beterraba, cenoura, alface, cebola, tomate, cheiro-verde, coentro, entre outros, que agregam ao sustento da comunidade. É importante respaldar que toda a família auxilia no processo de manejo tanto na produção das aves, quanto na agricultura.

A seguir, são ilustradas imagens do trabalho realizado na produção avícola caipira da comunidade quilombola, com ênfase no manejo realizado por Michele e Arlete.



Figura 1. Estrutura dos aviários. A) Note o sistema de disposição de água, por meio de baldes e encanações. B) Aviários e área de piquete. C) Galinhas recebendo ração balanceada. D) Silvano depositando água no sistema de disposição para fornecimento contínuo para as poedeiras. Fonte: Autores (2024).



Figura 2. Empreendedora rural Michele Ferreira em atividades. A) Colheita de ovos. B) Empreendedora na horta realizando a limpeza do canteiro de hortas. Fonte: CAR (2023); Autores (2024).

### 3.2 PESCA EXTRATIVISTA

As proteínas de origem animal fazem parte da dieta alimentar na comunidade Quilombola do Parateca. Entre elas, as provenientes do peixe são as mais comuns, conferindo a eles a possibilidade de se fixarem melhor.

O conhecimento advindo dos pescadores tradicionais acerca dos elementos relacionados à pesca e às transformações que acontecem na paisagem local pode ser útil, ao fornecer informações essenciais para o arranjo de leis ambientais eficientes, visando, sobretudo, assegurar a existência de biodiversidade para gerações futuras, especialmente em países culturalmente e biologicamente diversos (Morais; Silva, 2010).

Segundo Marques (1991), o sucesso de uma pescaria depende, em boa parte, do conhecimento sobre o comportamento e a cadeia trófica do peixe presa. Nas comunidades quilombolas, a pescaria ocorre principalmente no início da noite, por meio do uso de iscas vivas em locais mais profundos do rio.

Quando há início da temporada das chuvas, os rios transbordam, diminuindo as áreas acessíveis. Durante a piracema, não é permitida a pesca embarcada nos rios e nos lagos. Os quilombolas pescam nos escassos locais acessíveis, onde há reduzida disponibilidade de espécies, o que afeta o consumo desses alimentos nas comunidades (Santos, 2019).

A luta pelo peixe e pela terra é conduzida pelas mesmas pessoas, haja vista, serem produtores e pescadores. Até hoje, as lagoas continuam tendo um grande significado para

os quilombolas do território. A lagoa é utilizada para a sustentabilidade das famílias para suprir as necessidades alimentares, mas também na geração de renda com as vendas dos peixes.

Todas as famílias do território que pescam nas lagoas são sócias da colônia, dão entrada no seguro defeso no final de cada ano. Após essa entrada, ocorre uma parada de quatro meses sem pescaria. Mas, pode ocorrer de uma família ou outra adentrar as lagoas e pescarem apenas para o consumo familiar.

No período em que a pesca está totalmente aberta, são utilizados barcos (canoas), redes, tarrafas e até pesca de anzol. Há a diversidade de peixes existentes, tais como: mandi (*Pimelodus pohli*), piau (*Leporinus obtusidens*), curimatá (*Prochilodus lineatus*), traíra (*Hoplias malabaricus*), piranha vermelha (*Pygocentrus nattereri*), piranha branca (*Serrasalmus brandtii*), cascudo (*Hypostomus affinis*), surubim (*Pseudoplatystoma corruscans*), caranha (*Piaractus brachypomus*), dourado (*Salminus maxillosus*), matrinxã (*Brycon cephalus*), corvina (*Plagioscion squamosissimus*), pirá-tamanduá (*Conorhynchus conirostris*), pacu (*Piaractus mesopotamicus*), entre outros. Isso torna a região mais rica, possibilitando a compreensão de como acontece a gestão territorial a partir das águas.

Um exemplo forte na comunidade são os pescadores extrativistas Heliomar Dias e Lionido Dias, irmãos do discente Silvano. Eles realizam a atividade de pesca diária, para que suas famílias tenham o sustento. Não somente isso, eles também realizam o plantio, à beira do rio, de milho, feijão, melancia, maxixe, entre outros, e fazem a venda na comunidade e região, fazendo entregas para as regiões de Carinhanha, Feirinha e Guanambi. A família incentiva seus filhos a conhecerem e praticar as atividades, com o intuito de os conectarem ao solo e aos animais, passando de geração a geração, assim como foi com seu pai, o senhor João.

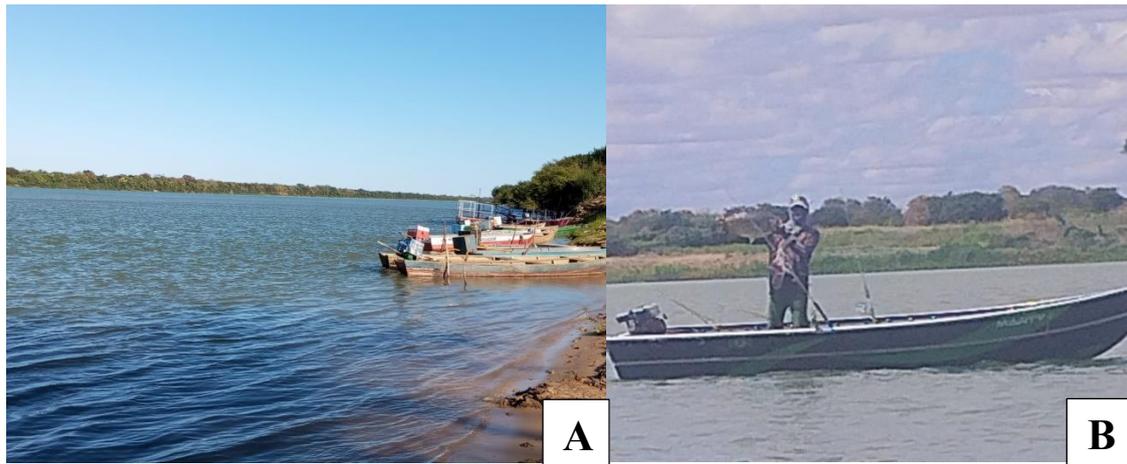


Figura 3. Área pesqueira do Rio São Francisco na comunidade Quilombola da Barra do Parateca. A) Rio São Francisco com barcos à beira-mar. B) Pescador Heliomar em barco pesqueiro jogando a rede para pescar. Fonte: Brito (2024).



Figura 4. Ancestralidade. A) Sr. João, pai do Silvano, Eliomar e Lionel, tratando peixe piranha (*Pygocentrus nattereri*) para consumo. B) Ester, filha de Heliomar, à beira do rio São Francisco pescando a lazer. Fonte: Brito (2024).



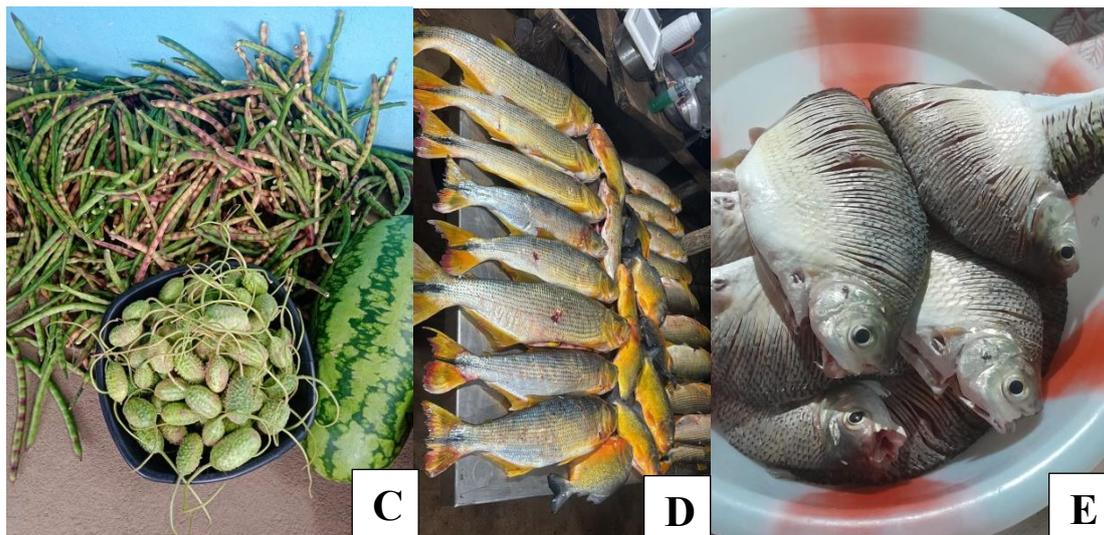


Figura 5. Produção alimentícia da pesca e plantio de Heliomar Dias. A) Heliomar expando peixe pacu-caranha (*Piaractus brachypomus*). B) Pescaria de peixe curimatá (*Prochilodus lineatus*). C) Colheita de melancia, feijão e maxixe. D) Pescada de peixe dourado (*Salminus maxillosus*). E) Peixe curimatá descamado e eviscerado para preparo alimentício. Fonte: Brito (2024).

#### 4 CONCLUSÃO

Diante do exposto, pode-se afirmar que o saber tradicional e as regras culturais, demarcadores de uma identidade, não são meros conhecimentos sendo, no entanto, uma herança cultural que deve ser valorizada por todos, principalmente, pelos gestores. Estes precisam garantir o direito de participação da população Quilombola do Parateca nos planos de manejo e conservação, que demandem a observação do conhecimento local e seu potencial em contribuir para a biodiversidade, a fim de efetivar estratégias de desenvolvimento da comunidade.

As estratégias construídas para se garantir um território passam por lutas e relações internas e externas de como usar as ferramentas adequadas para se garantir avanços sociais, que já deveriam ter sido reconhecidos pelo estado. Não obstante, enquanto isso não ocorre em sua totalidade, a comunidade científica fortalece no quilombo, a cada pesquisa e a cada trabalho, as bases da territorialização das comunidades e povos tradicionais.

Por fim, cabe inferir que as narrativas dessa comunidade faz refletir a necessidade do alinhamento do saber tradicional ao tecnológico social, para que sejam levadas em consideração as mudanças ocorridas ao longo do tempo e, assim, construir processos de ressignificação cultural, sem excluir as características ancestrais presentes nas vivências diárias da comunidade Quilombola da Barra do Parateca, a partir do plantio, da pesca e

do manejo avícola que contribuem, exponencialmente, para a geração de renda e sustento familiar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACERVO RACISMO AMBIENTAL. INCRA. **Território Quilombola Barra do Parateca tem relatório publicado**, 2015. Disponível em: <https://acervo.racismoambiental.net.br/2015/05/21/territorio-quilombola-barra-do-parateca-tem-relatorio-publicado/>. Acesso em: 29 set. 2024.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Os Quilombos e as Novas Etnias**. In: O'DWYER, E. C. Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

CASTRO, E.; PINTON, F. **Faces do trópico úmido, conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: Cejup, 1997.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Barra do Parateca**, 2023. Disponível em: <https://cpisp.org.br/barra-do-parateca/>. Acesso em: 29 set. 2024.

FÓRUM MUNDIAL DE SOBERANIA ALIMENTAR. **Declaração Final do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar**, 2001. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/declaracion-final-del-foro-mundial-sobre-soberania-alimentaria>. Acesso em: 29 set. 2024.

GOMES, F. S. **Roceiros, mocambeiros e as fronteiras da emancipação no Maranhão**. In: CUNHA, O. M. G.; GOMES, F. S. Quase-cidadão: Histórias e antropologias da pós emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GUEDES, L. M. **Estratégias de sobrevivência: O aprender com a resistência em comunidades Remanescente de Quilombolas**. 42 f. 2000. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade do Estado da Bahia, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Relatório de Identificação, Delimitação e demarcação (RTID) da Comunidade Quilombola Parateca Pau D'Arco. Município de Malhada-BA**. Bahia: UFBA/UNEB, 2006.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.

MALUF, R. S. **Segurança alimentar e nutricional com valorização da cultura alimentar**. In: Cultura e alimentação – saberes alimentares e sabores culturais. São Paulo: SESC, 2007.

MARQUES, J. G. W. **Aspectos ecológicos na etnoictiologia dos pescadores do complexo estuarino-lagunar Mandau-Manguaba, Alagoas**. 1991. 296 f. Tese (Doutorado em Ecologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

MENDES, P. M. *et al.* **Segurança alimentar em comunidades quilombolas: estudo comparativo de Santo Antônio (Concórdia do Pará) e Cacau (Colares, Pará)**. 2006. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2006.

MORAIS, F. F.; SILVA, C. J. Conhecimento ecológico tradicional sobre fruteiras para pesca na comunidade de Estirão Comprido, Barão de Melgaço - Pantanal matogrossense. **Biota Neotropica**, v. 10, n. 3, p. 197-203, 2010.

NASCIMENTO, A. S. **Da natureza à mesa: a pesca artesanal na vida e alimentação dos quilombolas da Comunidade de Mangueiras**. 173f. 2020. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Belém, Ilha do Marajó-PA, 2020.

OBSERVATÓRIO QUILOMBOLA E TERRITÓRIOS NEGROS. **Refúgio de escravos originou povoado**, 2006. Disponível em:  
<https://kn.org.br/oq/2006/08/16/refugio-de-escravos-originou-povoado/>. Acesso em: 29 set. 2024.

O'DWYER, E. C. **O papel social do antropólogo. A aplicação do fazer antropológico e do conhecimento disciplinar nos debates públicos do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

SANTOS, V. P. **A dinâmica do sistema agroextrativista do quilombo Pau D'arco e Parateca – Malhada/BA: apontamentos para a gestão territorial e a sustentabilidade**. 128 f. 2019. Dissertação de Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT), Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília - DF, 2019.

TEISSERENC, P. Reconhecimento de saberes locais em contexto de ambientalização. **Novos Cadernos NAEA**, v. 13, n. 2, 2011.

Recebido em: 30/09/2024  
Publicado em 27/11/2024